

PT ALERTA Ataques à cultura são expressão de autoritarismo

Governo promove guerra à produção artística e, sob pretexto de combater o ‘marxismo cultural’, promove censura ao pensamento

Desde as eleições, o presidente Jair Bolsonaro não esconde que a cultura, as artes e os artistas são um dos seus alvos preferenciais. Ainda no início do ano, logo que tomou posse, o governo promoveu pautas como palco de disputa das guerras culturais. “Marxismo Cultural”, “ideologia de gênero”, “ambientalismo globalista” e a “doutrinação nas escolas” são alguns exemplos dos temas que o bolsonarismo tem levantado como exemplos de um “passado socialista” que o país teria vivido e que o governo se propõe a derrotar com políticas, proposições, ações ou discursos imbuídos de autoritarismo.

Assim, para combater a “doutrinação nas escolas”, o governo lançou mão do “Escola sem Partido”. Para justificar a barbárie com as políticas ambientais, culpou ONGs e líderes indígenas pelas queimadas na Amazônia. No campo cultural não é diferente. A paranoia com o “marxismo cultural” tem levado o país a assistir a inúmeros casos de censura em instituições públicas e estatais. O governo e autoridades atacam artistas com ofensas, deslegitimam a cultura e as artes como setor que mereça a ação do Estado brasileiro.

Tais ataques acompanham um desmonte da presença do Estado como indutor de políticas culturais. O que resta é o aparelhamento por



Arte: Divulgação

nomes ligados ao conservadorismo político, cultural ou religioso. Nada mais contrastante do que ocorreu nos governos do PT, dos presidentes Lula e Dilma, quando a cultura nacional viveu período de grande vigor e reconhecimento.

Nas últimas semanas, os casos de ataques a agentes culturais sucederam-se em grande velocidade, sinalizando para uma radicalização da agenda de costumes que o governo ativa quando vê a popularidade do presidente ameaçada ou em queda livre, invariavelmente anunciada como agenda de “defesa da família e dos bons costumes”.

O pior desse cenário, na verda-

de, é aquilo que ainda não é visível. O próprio setor cultural tende a se retrair, para não ser alvo de novos ataques. Daí se produz a autocensura, que ocorre quando a classe artística não lança ou promove seus produtos culturais temendo que venha a causar qualquer tipo de contestação ou suscitar conflitos. Para afastar ofensas e evitar retaliações ao atual regime e seus baluartes, acaba agravando este quadro. Ao mesmo tempo, é de se esperar que a resistência e novos caminhos sejam sinalizados e venham justamente desse campo da sociedade brasileira: artistas e produtores culturais.

PERIGO REAL Guerra à cultura.

A ofensiva do governo Bolsonaro

Planalto corta o financiamento público para obras e produção cultural não alinhada ao bolsonarismo. E autoridades perseguem artistas

Ações do governo e consequências

Obras com conteúdo político? Proibidas! Obras sobre a ditadura militar? Opressão a minorias? Diversidade de gênero e sexualidade? Não, não e não. Representantes do governo, incluindo o presidente, declaram que obras progressistas, que supostamente contrariem valores cristãos, ou apenas crítico em relação a Bolsonaro não mais serão financiadas com dinheiro federal.

Assim, obras e artistas têm sido vetados no processo seletivo para apoio financeiro e preteridos na cessão de espaços públicos ou simplesmente estão sendo cancelados, mesmo que já tenham sido pagos. Aqueles que estão alinhados à ideologia do presidente Jair Bolsonaro são favorecidos na obtenção de benefícios públicos. Nas palavras do diretor da Funarte, Roberto Alvim, está se formando um “exército de grandes artistas espiritualmente comprometidos com nosso presidente e seus ideais”.

Aparelhamento do Estado

Militares começam a frequentar reuniões e discutir eventos e até mesmo a programação cultural da Cinemateca Brasileira, instituição ligada à União que é responsável pela preservação da produção audiovisual brasileira. Segundo Rodrigo Moraes, assessor especial do órgão, a Cinemateca seria mais um palco da guerra contra o “marxismo cultural” em curso desde janeiro.



Arte: Miguel Paiva

O diretor da Funarte Roberto Alvim pretende transformar o Teatro Glaucê Rocha “no primeiro teatro do país dedicado ao público cristão”, entregando-o à Companhia Jeová Nissi. A justificativa é que o Brasil vive “momento crucial no combate cultural” e que é necessário que Bolsonaro “atue firme e propositivamente na área da arte e cultura, hoje dominada pelo marxismo cultural e pela agenda progressista”.

Censura prévia

Novas regras implementadas em 2019 pela Caixa Econômica Federal para o patrocínio de projetos culturais exigem que técnicos pesquisem e detalhem em relatório o posicionamento político e o comportamento nas redes sociais dos artistas e dos produtores, bem como ressaltem possíveis pontos “polêmicos” nas obras a serem financiadas.

Um edital aberto pela BB DTVM, empresa subsidiária do Banco do Brasil, para a seleção de filmes que receberão investimentos da empresa via Lei do Audiovisual, passou a

perguntar se há cenas de nudez ou sexo explícito, se a obra faz referências a crimes, drogas, prostituição e se o filme possui cunho religioso ou político. Em caso positivo, a decisão é bloquear recursos e impedir o patrocínio.

Desperdício de dinheiro público

Obras contratadas e pagas foram canceladas sem maiores explicações, como as apresentações do espetáculo “Abrazo”, do grupo Clowns de Shakespeare, na Caixa Cultural de Recife. Também houve veto ao texto do poeta Geraldo Carneiro para evento no Sesc Copacabana, no Rio de Janeiro. O processo seletivo de obras audiovisuais com conteúdo voltado à diversidade, que já estava em etapa final, foi suspenso, causando prejuízo ao erário em torno de R\$ 1,8 milhão. A peça publicitária “Selfie”, do Banco do Brasil, com tema de diversidade, foi retirada do ar, por ordem de Bolsonaro, levando o banco a um prejuízo de R\$ 1 milhão.

Foto: Divulgação



INIMIGOS Chico Buarque e Fernanda Montenegro são alvos

Aos 90 anos, a veterana atriz é xingada por diretor da Funarte, enquanto documentário sobre um dos maiores compositores do país tem exibição suspensa no Uruguai

Ataques a artistas e obras

Diretor do Centro de Artes Cênicas da Funarte, o dramaturgo Roberto Alvim ofendeu a atriz Fernanda Montenegro no Facebook. Em setembro, chamou a atriz de 89 anos de “sórdida”. A atitude gerou indignação na classe artística, que se manifestou contra as declarações. Alvim a ofendeu em reação a uma foto de protesto dela contra o governo (reprodução acima).

O longa-metragem sobre Carlos Marighella teve estreia cancelada devido à negativa da Ancine, em caráter excepcional, de liberar a produtora do filme *Marighella* (foto ao lado) a oferta do filme ao Fundo Setorial do Audiovisual, viabilizando recursos para a veiculação da obra.

Prejuízos à imagem do país no exterior

O Ministério das Relações Exteriores causou desconforto em autoridades e na comunidade internacional ao boicotar manifestações culturais que julgou inconvenientes. Em abril, a embaixada brasileira na Alemanha

retirou menções e parou de divulgar eventos do coral financiado com dinheiro alemão e especializado em música brasileira, *Brasil Ensemble Berlin*, após apresentação com músicas de Chico Buarque e menções ao caso do assassinato da vereadora Marielle e ao caso Queiroz. Em setembro, a embaixada no Uruguai vetou a exibição do filme *Chico: Artista Brasileiro* em mostra de cinema brasileiro em Montevideu.

Desmonte da máquina pública

A ameaça de extinção da Ancine, por parte do presidente Jair Bolsonaro foi feita porque o órgão não estaria aprovando projetos que não atendam aos valores familiares e de fundo cristão. A diretoria colegiada da Ancine foi desfeita, com o governo deixando de indicar novos membros para as cadeiras vagas. O governo acabou voltando atrás, mas promoveu a exoneração em massa de servidores que analisam projetos culturais a serem contratados pela Funarte.

Produções culturais canceladas

Desde janeiro, no início do governo Bolsonaro, diversas produções se tornaram alvo de censura oficial, tendo seus patrocínios cancelados. Eis a lista das obras:

- Mostra da cineasta Dorothy Arzner com temas feministas e homossexualidade.
- Ciclo de palestras sobre democracia, história, ciência e ambiente dos produtores Aventuras do Pensamento.
- Peça *Caranguejo Overdrive*, que trata do processo de gentrificação e de desumanização das classes baixas.
- Espetáculo teatral infantil *Abrazo* que tem como fio condutor a cultura dos povos da América Latina, que sofreu com as ditaduras militares.
- Texto para a peça *Iago*, baseada em Shakespeare e com inferências com a atual política brasileira.
- Espetáculo *Gritos*, que contém uma travesti entre seus personagens.



Foto: Divulgação

LEGADO Em 15 anos, Lula e Dilma investiram R\$ 9,4 bilhões

Sob os governos do PT, cultura virou prioridade e passou a ser política do Estado. Pontos de Cultura redesenharam o Brasil

O orçamento do Ministério da Cultura, empenhado pelo governo em 2003, saltou de R\$ 138,8 milhões, excluindo as emendas parlamentares, para R\$ 1,370,49 em 2013. Ao longo de 15 anos, sob os governos de Lula e Dilma, a pasta empenhou nada menos que R\$ 9,479 bilhões. Foi com Lula e Dilma que a área de cultura ganhou visibilidade e passou a ser considerada política de Estado.

Em 2004, o governo Lula criou o programa Cultura Viva, instituindo os Pontos de Cultura, um passo importante para ampliar e fomentar a cultura nacional. Entre 2004 e 2014, o governo investiu R\$ 835,9 milhões no fomento de 3,6 mil Pontos de Cultura, presentes em 20% dos municípios brasileiros, em todos os estados. Em maio de 2016, eram 4,5 mil Pontos de Cultura em todo Brasil, nos 27 estados, distribuídos em mais de 1.000 municípios. Oito milhões de pessoas foram beneficiadas pelo programa, segundo dados do IPEA, em 2010.

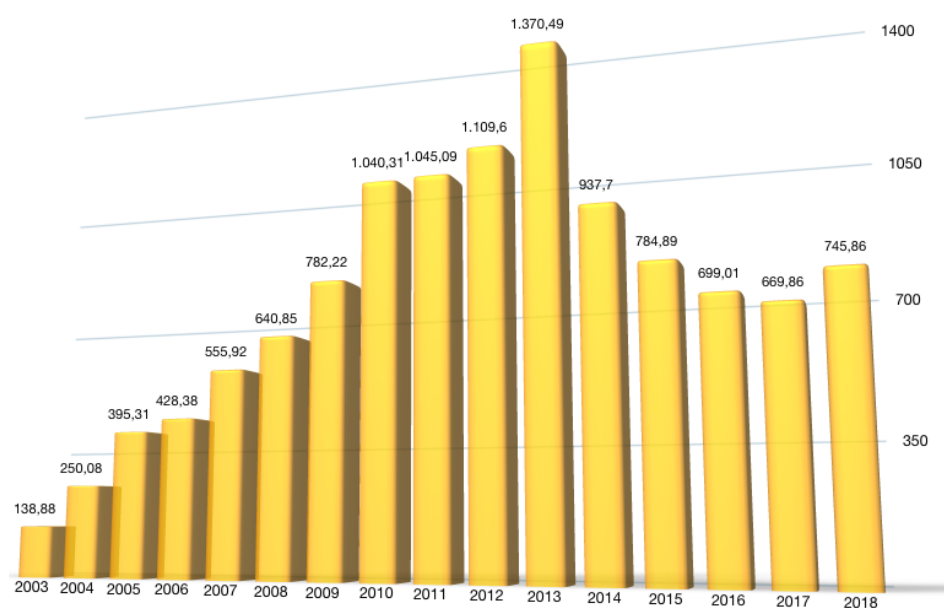
O programa foi criado como forma de valorizar a cultura realizada na base da sociedade brasileira, a articulação em rede e a gestão compartilhada, com base nos princípios da autonomia, protagonismo e empoderamento da sociedade civil. O Programa Cultura Viva e os Pontos e Pontões de Cultura tornaram-se política de Estado por meio da Lei 13.018/2014, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 23 de julho de 2014.

A Política Nacional de Cultura Viva contempla iniciativas ligadas à cultura

Evolução do orçamento do Ministério da Cultura

Até 2018, empenhos registrados no Orçamento da União, excluindo emendas.

■ Recursos empenhados (em milhões de R\$)



Fonte: Comissão Mista de Orçamento Federal

de base comunitária, indígenas, quilombolas, de matriz africana, economia solidária, produção cultural urbana e periférica, cultura digital, cultura popular, com ampla incidência no segmento da juventude, abrangendo todos os tipos de linguagem artística, como música, artes cênicas, cinema, circo, literatura, entre outras.

Em 2010, o governo Lula aprovou o Plano Nacional de Cultura, criado pela Lei 12.343, para definir a política cultural até 2020. Em 2009, ainda na gestão do presidente Lula, foi criado o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) pela Lei 11.906, definindo o órgão como autarquia federal vinculada ao MinC.

Em 2011, na gestão de Dilma, foi consolidado o Fundo do Audiovisual, com a ampliação do orçamento

pela Lei 12.485. No ano seguinte, o Programa Cinema Perto financiou a construção de 270 novas salas de cinemas, um incremento da ordem de 59 mil assentos até 2015. Em 2012, graças ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade Cinematográfica, foram beneficiadas 2.757 salas.

Em 2013, a Lei 12.853 altera a lei de direitos autorais, viabilizando o sistema de supervisão da gestão coletiva de direitos autorais. O Programa Mais Cultura nas Escolas executou R\$ 100 milhões, entre 2014 e 2015, contemplando 5 mil projetos e beneficiando 2 milhões de estudantes. Em 2015, o Programa beneficiou 28 instituições federais de ensino superior, com a aplicação de R\$ 5 milhões.